

COM A PALAVRA



Fotos: ANA PAULA NOGUEIRA

Diorge Konrad

Nossa entidade é o ANDES

Oriundo de uma geração que estudou e militou na UFSM nos anos 80, onde graduou-se em História, o professor Diorge Alceno Konrad, 42 anos, tem participado do Movimento Docente desde que ingressou na instituição, em 1995, no departamento de História. Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade de Campinas, Konrad é o presidente da SEDUFSM eleito em junho de 2006 pela chapa "Resistência e compromisso" com a simpatia de grupos políticos adversários, o que apenas corrobora a idéia da respeitabilidade alcançada por ele. Mesmo sendo militante de um partido de esquerda (PCdoB) cuja parte dos militantes decidiu fundar o Fórum em Defesa dos Professores (ProIFES), o que gerou uma cizânia muito grande na categoria, Diorge Konrad não apóia essa iniciativa. Para ele, um defensor da unicidade sindical, é importante fortalecer o ANDES enquanto a entidade que representa todos os professores. Pensa ainda que se há uma insatisfação com qualquer direção sindical (e ele não se considera integrante do grupo político ANDES-AD, que dirige o Sindicato Nacional), que se mude esta através do voto e não que se crie uma estrutura paralela. Acompanhe a seguir a entrevista do presidente da SEDUFSM:

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Pergunta - Desde que o senhor assumiu a presidência, no mês de junho, já se passaram cinco meses. Quais as expectativas para esta gestão que teve como nome de chapa 'Resistência e Compromisso'?

Resposta - O nome foi uma construção coletiva que procura traduzir aquilo que nós imaginamos ao construir a chapa, que fosse a marca da conjuntura que teríamos durante os dois anos de gestão. Primeiro 'resistência' em relação a muitas das reformas que estão em debate no nosso país e que são traduzidas pela nossa direção como possíveis de serem marcadas pela concepção neoliberal, em especial, as reformas sindical e trabalhista, e o compromisso com a categoria em defesa não só das conquistas históricas, mas também com a defesa da universidade que historicamente defendemos, sobretudo, como pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Esses são os princípios básicos que nos nortearam e que nós procuramos levar adiante nessa gestão.

P - No mês de agosto a diretoria do sindicato se reuniu juntamente com funcionários e conselheiros da entidade para realizar um planejamento da gestão. Qual a importância dessa forma de organização da entidade?

R - O planejamento estratégico já fez parte da gestão anterior, dirigida pelo professor Carlos Pires, em que alguns de nós da atual gestão participávamos também como dirigentes e ela foi, penso eu, um grande aprendizado para nós todos que, a partir desse planejamento, conseguimos dar mais qualidade ao trabalho da gestão e, conseqüentemente, uma extensão maior tanto da entidade junto à comunidade acadêmica, em especial, da UFSM e junto da sociedade civil de Santa Maria, sobretudo na relação com os movimentos sociais. Com base no planejamento estratégico, a SEDUFSM conseguiu ampliar a sua referência na importância que tem como entidade não só na construção de atividades coletivas como também se tornando ponta de lança de algumas delas. Isso se refletiu nos eventos organizados, na forma de inserção da entidade com a sociedade e, ao mesmo tempo, na forma mais dinâmica que foi possível construir uma direção que eu chamo de coletiva, principalmente porque divide responsabilidades entre o corpo de funcionários, que também passam a ser atores, sujeitos desse processo, como também junto à direção. Nesse sentido, a aliança entre direção e o corpo de funcionários possibilita que a entidade alcance o patamar que alcançou. É um grande salto, pois foi uma experiência exitosa.

P - No início do semestre passado, a SEDUFSM fez uma campanha para buscar novos associados. Qual a importância de ampliar o número de sócios e também manter o quadro existente no sindicato?

R - A manutenção do quadro de associados é importante, mas é insuficiente, so-

bretado porque nós temos uma característica na SEDUFSM em que cerca de 40% dos nossos associados já são aposentados. Desse modo, não há uma renovação esperada entre aqueles que entram para ativa e se filiam ao sindicato. A campanha de sindicalização foi bastante produtiva nos resultados finais, trazendo novos associados, mas ela tem pra nós um sentido de ser permanente, pois um sindicato só se fortalece ampliando os seus associados e podendo assim enfrentar as demandas tanto sob o ponto de vista sindical como o político durante as gestões que se apresentam e virão pela frente. Nesse sentido, a sindicalização não é um ganho de uma ou de outra diretoria, é um ganho de toda categoria. A reivindicação para que o professor se associe ao sindicato tem esse sentido do espírito coletivo para a manutenção de direitos e para novas conquistas, mais ainda em um quadro que nem o que nós vivemos, de refluxo dos movimentos sociais e, notadamente, de possibilidades de ataques aos direitos históricos conquistados. Nada mais importante em um quadro desses do que o fortalecimento de uma entidade via ampliação dos seus associados.

P - O governo federal está com o projeto da Reforma Universitária parado no Congresso, mas, após as eleições, é possível que esse projeto venha a ser votado. Quais as suas expectativas em relação a possíveis mudanças no quadro das universidades a partir desse projeto?

R - A reforma universitária também fazia parte da pauta histórica do movimento docente no sentido de democratizar, dar mais autonomia a todas as instituições federais de ensino superior. A partir das políticas dos organismos internacionais, em especial, o Banco Mundial e o FMI, o conteúdo do que sempre reivindicávamos foi traduzido em novas formas que trouxeram preocupações. A proposta de reforma universitária vem com essas preocupações desde que ela se apresentou para o conjunto das instituições de ensino superior, principalmente no que se refere à autonomia. Historicamente, nós lutamos por uma autonomia administrativa, mas sempre com recursos estatais, nunca com autonomia absoluta para que a própria instituição buscasse o seu recurso. Se acontecer dessa forma é uma possibilidade de privatização indireta da instituição. Somos contra que a autonomia administrativa, pedagógica, científica, venha acompanhada de autonomia financeira. Ao mesmo tempo, a reforma universitária deveria também democratizar as instâncias internas da instituição. Continuamos assim com essa perspectiva, com esse norte de luta, isto é, queremos cada vez mais escolher os nossos administradores, escolher com votos no mínimo paritários, sobretudo em relação à administração superior e as administrações dos Centros de Ensino. Essa é uma conquista que ainda estamos para alcançar. Se a reforma universitária trouxer as questões da democratização, ela é bem-vinda, senão é algo que nós vamos certamente continuar reivindi-